



RASTROS DE UM DISCURSO PARATÓPICO NA OBRA DE CARL JUNG



IMPRINTS OF A PARATOPIC DISCOURSE IN CARL JUNG'S WORK

TIAGO ÉRIC DE ABREU¹

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | O AUTOR
RECEBIDO EM 13/04/221 ● APROVADO EM 27/05/2021

Abstract

This article presents an analysis of authorship inscription in the psychological field, which will be performed by the study of the literary scenography of self-biographical texts written by Carl Gustav Jung (1875-1961). Although there are several approaches of the relations and associations between an author and her or his work in the history of texts' studies, the analysis of problems of authorship by the view of Discourse analysis is relatively recent. The concepts proposed by Discourse analysis, as practised by Dominique Maingueneau (2018), deal with aspects yet ignored by the discursive perspective towards texts authorship. In the course of the study will be explained and applied the notions of *constituent discourse* and *paratopy*. I try to demonstrate the applicability of those concepts to the study of authorial inscriptions in psychological discourse. To analyse Jung's work, I put forth the hypothesis that the author's textual productions inscribe him in a paradoxical belonging: in order to constitute itself, Psychology should destabilize the scientific field boundaries. In reaffirming the thesis that to enunciate is to create the very conditions of enunciation, the goal of this study is to demonstrate that Jung's positioning in Psychological field function as a paratopic discourse that legitimates a professional practice, a knowledge area and its object.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento N° 88887.514017/2020-00.

Resumo

Este artigo perfaz uma análise da inscrição da autoria no campo da Psicologia, a partir de textos que apresentam cenografia literária e autobiográfica produzidos por Carl Gustav Jung (1875-1961). Na história dos estudos do texto há diversas abordagens sobre as relações e associações entre autor e obra, mas a análise dos problemas ligados à autoria pela ótica do discurso é um trabalho relativamente recente. O quadro teórico da Análise do discurso, conforme a prática Maingueneau (2018), dispõe de conceitos que abrangem aspectos pouco considerados da perspectiva discursiva sobre a autoria de textos. No percurso do estudo são desenvolvidas as noções de *discurso constituinte* e *paratopia*. Demonstro a aplicabilidade destes conceitos ao estudo das inscrições autorais no discurso psicológico. São analisados enunciados da obra de Jung, partindo da hipótese de que a atividade de produção textual desse autor o inscreve em um posicionamento de forma paradoxal: para autoconstituir-se, a Psicologia analítica desestabiliza as fronteiras do campo científico. Ao reafirmar a tese de que enunciar é criar as condições da própria enunciação, o objetivo deste estudo é demonstrar que o posicionamento de Jung no campo psicológico funciona através de um discurso paratópico que legitima uma prática profissional, uma área do conhecimento humano e seu objeto.

Entradas para indexação

KEYWORDS: Psychological discourse. Paratopy. Inscription of authorship. Constituent Discourse.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso psicológico. Paratopia. Inscrição autoral. Discurso constituinte.

Texto integral

1. INTRODUÇÃO

Este artigo perfaz uma análise da paratopia no campo da Psicologia, a partir de textos que apresentam cenografia literária e autobiográfica, produzidos por Carl Gustav Jung (1875-1961), psicólogo suíço e fundador da Psicologia Analítica. Com vistas a abordar alguns problemas ligados à autoria por vias da Análise do discurso, é proposto um estudo da articulação entre os dispositivos enunciativos e as condições de emergência e circulação da obra de Carl Gustav Jung, a partir do conceito de *paratopia* do autor (MAINGUENEAU, 2018), que será apresentado adiante.

Primeiramente, a fim de introduzir o quadro conceitual, começo pela noção de *inscrição*, que dará subsídios para a análise que se fará do discurso paratópico. Dominique Maingueneau (2018) entende que a *inscrição* diz respeito aos rastros deixados pela enunciação, os quais modificam de algum forma o conhecimento geral. Embora o uso dos termos “obra” e “autor” sejam incontornáveis, analisar inscrições, ao invés de se ater a um *corpus*, é uma guinada metodológica necessária que, ao propor uma alternativa às formas tradicionais de estudos do texto e da autoria, abre espaço para as seguintes ponderações: um produtor de textos se torna de fato *autor* em sua inscrição; é em sua inscrição paratópica que ele produz obra: a obra é o rastro desta inscrição. Autor é produto e produtor de seus textos. Com estas noções em vista, proponho analisar a inscrição da autoria, mais especificamente, a paratopia do autor, considerando o primado do interdiscurso; esta forma de colocar

questões pretende reafirmar a superação da cisão entre o intradiscursivo e o extradiscursivo.

Partir da noção de *inscrição* permite superar algumas oposições da análise textual, tais como produção e recepção, texto e contexto, ação e representação, fundo e forma. Assim se liberam espaços teóricos para que a abordagem dos dispositivos enunciativos abranja questões como, por exemplo, o funcionamento da autoria, os ritos de escritura, questões midiológicas (DEBRAY, 2001), como a modalidade de transporte e suporte dos enunciados, que são também constitutivos dos discursos.

O gesto de inscrição gera um traço, um rastro. É a inscrição que dá vida à lenda da identidade criadora (MAINGUENEAU, 2006):

Mais que de “texto”, e mesmo de “obra”, poderíamos falar aqui de *inscrições*, noção que desfaz toda distinção empírica entre oral e gráfico: *inscrever* não é forçosamente escrever. As literaturas orais são “inscritas”, como o são numerosos enunciados míticos orais, mas essa inscrição segue caminhos que não são os de um código gráfico. Uma inscrição é por natureza exemplar; ela segue exemplos e dá o exemplo. Produzir uma inscrição não é tanto falar em seu nome quanto seguir o rastro de um Outro invisível, que associa os enunciadore-modelo de seu próprio posicionamento e, para além disso, a presença da fonte que funda o discurso constituinte: a tradição, a verdade a beleza... A inscrição é assim profundamente marcada pelo oxímoro de uma repetição constitutiva, a repetição de um enunciado que se situa numa rede repleta de outros enunciados (por filiação ou rejeição) e se abre à possibilidade de uma reatualização. Por sua maneira de situar-se num interdiscurso, uma inscrição apresenta-se ao mesmo tempo como citável.

Aqui Maingueneau observa que é devido à sua maneira de se situar em um interdiscurso que uma inscrição se mostra citável. É, portanto, a partir do caráter interdiscursivo do posicionamento em um campo que se inscrevem os rastros de enunciações que se repetirão em uma “rede repleta de outros enunciados”.

Espero corroborar e desenvolver uma tese de Maingueneau (2018), de que há elementos enunciativos que participam de uma só vez do mundo representado pela obra e da situação através da qual esta obra se institui. Esta abordagem, portanto, considera a análise de enunciados como “a imbricação de um texto e um lugar social” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 137). Esta concepção se funda na possibilidade de apreender a enunciação sem cindi-la em dois momentos, geralmente separados em algumas análises de textos – a recepção e a produção, o textual e o institucional. Tomando de empréstimo as palavras de Maingueneau, o objetivo de uma tal abordagem é:

Mostrar a articulação entre o intradiscursivo e o extradiscursivo, a intricação entre uma representação do mundo e uma atividade enunciativa. Sua enunciação é inseparável da maneira pela qual ela

gere sua própria emergência, o ato de fala que ela institui. Através das operações enunciativas pelas quais se institui o discurso, se articulam a organização textual e a organização institucional que a um só tempo ele pressupõe e estrutura [...]. Ao invés de opor conteúdos e modos de transmissão, um interior do texto e um entorno de práticas não-verbais, é preciso conceber um dispositivo em que a atividade enunciativa articula uma maneira de dizer e um modo de veiculação dos enunciados que implica um modo de relação entre os homens (MAINGUENEAU, 2000, p. 7-9).

Os trabalhos de Dominique Maingueneau (2018), entre os de outros analistas, expandiram o quadro conceitual da Análise do discurso com o estudo de *corpora* advindos dos diversos campos, inclusive literários. A Análise do discurso literário percorre um terreno ainda em constituição, mas as articulações teóricas que ela oferece facultam ampliar os estudos da autoria, da produção, circulação e gestão de obras de outros discursos constituintes.

Maingueneau (2018) propõe que enunciar é criar a cena de fala que valida a própria enunciação. Um texto literário ou psicológico – como também uma homilia, um ensaio filosófico ou os axiomas da Geometria de Euclides – compartilham certas características, como instituições de fala. A análise aqui proposta trabalha com a noção de *Discursos constituintes* e outra noção correlata, *paratopia*.

Supomos ser coerente a afirmativa de Maingueneau (2000, p. 7): “parece-me que a psicanálise seria um bom candidato ao estatuto de discurso constituinte, ela que pretende cumular uma parte dos poderes do discurso científico, religioso, filosófico, e até mesmo do discurso literário”. Em minha análise primária, cheguei à hipótese de que a psicologia analítica, de maneira análoga à psicanálise, da qual é inseparável em sua gênese histórica, ao interpelar o *inconsciente*, produzirá seus enunciados com fundamento nesta fonte legitimadora. Através de uma paratopia, o discurso psicológico pode autoconstituir-se.

A noção de paratopia perpassa tanto o plano da enunciação quanto dos ritos que envolvem a produção de obras textuais. Paratopia é ao mesmo tempo, a origem e o resultado de um processo de criação de textos. Devir escritor é tornar problemático seu pertencimento à sociedade. A criação de um universo de sentido é uma forma de vínculo do escritor com a mesma sociedade da qual se afasta para criar. Para Maingueneau (2018, p. 108), paratopia é a “condição” de todo “autor”: “o escritor é alguém que *não tem lugar/uma razão de ser* e que deve construir o território por meio dessa mesma falha”. Cada autor gere a seu modo a paratopia do escritor e, nas palavras do analista (2018, p. 109), “esta gestão, longe de ser exterior à obra, é parte da criação”:

Nem suporte nem quadro, a paratopia envolve o processo criador, que também a envolve: fazer uma obra é, num só movimento, produzi-la e construir por esse mesmo ato as condições que permitem produzir esta obra. Logo, não há “situação” paratópica exterior a um processo de criação: dada e elaborada, estruturante e estruturada, a paratopia é simultaneamente aquilo de que se precisa ficar livre por meio da criação e aquilo que a criação

aprofunda; é a um só tempo aquilo que cria a possibilidade de acesso a um lugar e aquilo que proíbe todo pertencimento. Intensamente presente e intensamente ausente deste mundo, vítima e agente de sua própria paratopia, o escritor não tem outra saída que a fuga para a frente, o movimento de elaboração da obra.

A paratopia pressupõe, portanto, um processo de criação. O pertencimento paradoxal opõe o indivíduo escritor ao coletivo sociedade, como se em sua enunciação ele não falasse a partir de um lugar social dado. O agente investido na produção textual encarna a lenda da identidade criadora, pois é tanto um ator das cenas de enunciação que constrói com sua obra, como também o sujeito às voltas com a escrita, gerindo seus textos, emendando-os, produzindo inscrições. O objeto da AD poderia ser denominado um *arquivo*, que permite “reportar um conjunto de ‘inscrições’ a um mesmo posicionamento” (MAINGUENEAU, 1993, § 48).

Esta perspectiva permite apreender os movimentos constitutivos ao invés de conceber a autoria como algo estático, dado. Os fatores que envolvem a produção de uma obra textual resultam de um constante ajustamento a coerções de diversas ordens.

Tendo em vista a noção de paratopia, começo por algumas questões básicas acerca do *arquivo* de pesquisa: seria a encenação autoral uma função da legitimação de um posicionamento no campo discursivo? A análise começa por considerar que há diferentes encenações autorais nos diversos textos assinados por Carl Gustav Jung. Se consideramos como parte desta obra não apenas os dezoito volumes de suas *Obras completas*, compostas por transcrições de conferências, seminários, artigos, ensaios, esse arquivo deverá também comportar produções tais como a autobiografia, as cartas pessoais, as entrevistas televisivas, além de alguns exemplares das centenas de obras escritas sobre a obra e seu autor. Em um estudo mais extenso, será conveniente considerar os desdobramentos destas inscrições, as reproduções e modificações dos enunciados na e pela comunidade discursiva. Me contento por hora, em apresentar alguns aspectos discursivos do arquivo da Psicologia analítica, a fim de introduzir a análise a seguir.

Necessário se faz, também, levar em conta que, dada a variedade de cenografias de fala que constituem as *Obras Completas* de Carl Jung, a autoria, neste caso, varia conforme a cenografia, ou, dito de outro modo, diferentes cenografias pressupõem diferentes encenações autorais, subjetivações. Os textos de Jung constroem cenografias como a literária, a autobiográfica, a preleção, funcionando em cenas genéricas do tipo cartas pessoais, conferências e ensaios psicológicos do autor; cada um desses gêneros do discurso parece engendrar um funcionamento específico da autoria. Proponho a hipótese de que, dentro da obra mais vasta de Jung, o **Livro vermelho** (JUNG, 2013) aparece como um texto fundador pois marca a gênese de uma *Obra*; sua publicação póstuma veio alterar significativamente a compreensão ensaística do autor.

A partir das condições de pesquisa assim formuladas, buscarei mobilizar os conceitos da AD para a análise a seguir.

2. A ERRÂNCIA PELOS MUNDOS FICCIONAIS: “MINHA LUZ NÃO É DESTE MUNDO”

Em sua composição material, o texto do **Livro vermelho** é um manuscrito caligrafado: sua aparência emula um códice medieval em fólhos, em um volume capa dura de grandes dimensões; há também imagens que representam um problema do ponto de vista intersemiótico e discursivo. A obra segue a estrutura de um episódio condensado narrado, seguido de sua glosa ou comentários interpretativos.

Foi publicado em 2009, quarenta e oito anos após a morte de Jung, uma edição fac-símile do “códice” de Jung, acrescido de uma introdução, notas, apêndices, e a tradução do alemão para o inglês. A cenografia literária, poético-dramática da obra – composta sobretudo por diálogos de personagens, seguidos de solilóquios – destoa do conjunto da obra científica, psicológica do autor, e se aproxima de gêneros adotados no campo filosófico – o próprio diálogo, o drama, a narrativa, sobretudo (tal qual o **Zaratustra**, de Friedrich Nietzsche) –, características estas que vieram modificar a apreensão e a interpretação do restante da produção do autor, até então conhecida do público mais vasto.

O **Livro vermelho** começa a ser esboçado em 1913, a partir de diários, às vésperas da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), como anotações de sonhos e visões produzidos por meio da técnica da “imaginação ativa”. O gênero “autoexperimento” psicológico não é, no entanto, algo singular na época de Jung, pois outros autores – no campo literário como no psicológico e filosófico – criaram a partir de métodos ou técnicas de alteração dos estados de consciência. Segundo Shamdasani (2014, p. 65), “nesta época, a autoexperimentação era usada na medicina e na psicologia”.

Jung trabalha num manuscrito como em seu “laboratório”; ele é seu próprio experimento. A escolha da cenografia literária, autobiográfica, não é fortuita; vem reforçar o caráter de invenção, experimento, exploração ou demarcação de um novo território do conhecimento. “Foram-me necessários praticamente quarenta e cinco anos para destilar no recipiente de minha obra científica as coisas que experimentei e escrevi nesse tempo” (SHAMDASANI, 2014, p. 202)

Talvez pelo receio de seu autor de que sua obra científica fosse lida como “ficção”, o **Livro vermelho** não foi incluído nas Obras completas de Jung a seu pedido; à parte isso, a análise tende a mostrar que este texto de estatuto indefinido – não é literatura, não é ciência – é constitutivo do posicionamento do autor no campo psicológico.

Ritos de escrita

O ato de escrever, de trabalhar num manuscrito, constitui a zona de contato mais evidente entre “a vida” e “a obra”. Trata-se de fato de uma atividade inscrita na existência, como qualquer outra, mas que também se encontra na órbita de uma obra, na medida daquilo que assim fez nascer. A ponto de se discutir muitas vezes para se saber onde passa a fronteira entre o texto e o “antetexto” (MAINGUENEAU, 2001, p. 46-47).

Por meio da análise dos modos de funcionamento enunciativo da obra de Jung, em articulação com os mecanismos institucionais e ritos de escrita que envolvem sua produção, buscarei evidenciar alguns dos elementos da ancoragem enunciativa da paratopia.

No **Livro vermelho** encontramos uma série de imagens paratópicas: no capítulo *O eremita* (JUNG, 2013, p. 221), multiplicam-se as referências ao errante, ao ermo, aos lugares de afastamento e de pertencimento impossível do sujeito, inclusive o espaço intersticial do sanatório. O título mesmo da seção encarna a atitude errante, a condição de desterro ou de quem se retira do mundo para criar.

O solitário mora num deserto imenso, cheio de beleza admirável. [...] O solitário prefere o deserto, onde tudo o que está perto é simples, e nenhuma turvação e embaralhamento há entre ele e o longínquo. A vida do solitário seria fria, não fosse o grande sol, que aquece o ar e os rochedos. O sol e seu brilho eterno substituem no solitário o calor de sua vida. Seu coração deseja ardentemente o sol. Ele viaja para as terras do sol. [...] O solitário procura o sol, e ninguém está mais disposto do que ele para abrir seu coração. Por isso ama mais que tudo o deserto, porque ama seu profundo sossego.

O sol do criador solitário é a sua criação; o produtor de textos que não encontra seu lugar na sociedade justifica sua ausência e errância pela peregrinação que empreende em busca das “pedras rejeitadas”. As figuras do deserto, do eremita, do solitário, que emergem da cenografia da obra, dão forma à paratopia do autor que, em seu afastamento, encontra o meio mesmo de contato com o mundo; o autor se recolhe para criar e é isso que, paradoxalmente, o vincula, através de sua criação, à sociedade.

A morte, o lugar paratópico primordial, é também recorrente nas cenas de fala do **Livro vermelho**:

De noite veio-me o conhecimento da morte, do morrer que engloba o mundo todo. Vi como nós vivemos para dentro da morte, como o cereal dourado e ondulante vem abaixo sob a foice do ceifeiro, à semelhança de uma onda mansa do mar na praia. Quem está posicionado na vida comum tomará consciência, assustado, da morte. Por isso o medo da morte o empurra para a solidão. Lá ele não vive, mas toma consciência da vida e se alegra, pois na solidão ele é tornando-se e venceu a morte. Ele vence a morte através da vitória sobre a vida comum. Na solidão ele não vive, pois ele não é o que é, mas ele se torna (JUNG, 2013, p. 214).

O caráter profético dos enunciados, com o verbo no pretérito perfeito (“vi”) – recorrente no discurso profético bíblico (veja-se o *Apocalipse* de João, e os profetas

Jeremias, Isaías) –, põe em cena a *atitude* visionária do enunciador, qual amante da sabedoria cujo busca tange o desconhecido, e avança por regiões até então ignotas do conhecimento geral.

As imagens paratópicas do “Castelo na floresta” e do inferno são também recorrentes no **Livro vermelho**. Além das mencionadas anteriormente, outra personagem paratópica é “O vermelho”, associado ao diabo, que remete a uma forma de apreciação do universo discursivo pré-cristão. Os personagens da obra bem representam a cena de fala em que o *escritor* empreende uma incursão pelo “país dos mortos” – que Jung chamou seu “confronto com o inconsciente” (JAFFÉ, 1986) –, sua peregrinação ficcional por espaços interditados, embargados, ignorados, excluídos, rejeitados, reprimidos.

O diabo, personagem que ancora a paratopia com relação ao cristianismo, encarna não só o não-lugar de todos “degradados” da sociedade (que não encontram seu lugar na moral e nos bons costumes burgueses), como resgata também a ironia, a jocosidade, espécie de alegria anterior à culpa e ao pecado, portanto, indicando uma concepção de natureza que é pré-cristã. Por ser o diabo, no texto, um sinal dos *sentimentos* “pagãos” que a ética discursiva do cristianismo ignorou, é um personagem paratópico com relação às crenças judaico-cristãs: um desobediente e “fora da lei”, é geralmente representado como um ente “à parte”, de sorte que o “bem”, nesse contexto, consiste em afastar e apartar o “mal”.

Teu inferno está construído de todas as coisas que tu atiras com uma maldição e um pontapé para fora de teu santuário (JUNG, 2013, p. 207).

Julguei encontrar-me na torre de um castelo. Eu o percebo pelo ar: Estou bem afastado no tempo. Longamente vagueia meu olhar por terras solitárias e onduladas, uma variação de campos e matas. Eu usava uma capa verde. Pendia do meu ombro uma trompa. Eu era o guarda da torre. O vermelho: “Minhas saudações, homem da torre alta! Eu o vi de longe, observando e esperando. Tua espera me chamou”. Eu: “Quem és tu?”. O Vermelho: “Quem sou eu? Tu pensas que sou o demônio” [...]. Eu: “Minha vida é pobre, uma vez que fico sempre sentado aqui e ninguém sobe até mim”. O Vermelho: “O que esperas então? Eu: “Espero muitas coisas, mas espero sobretudo que possa vir a mim algo da riqueza do mundo que não vemos”. O Vermelho: “Então estou no lugar certo junto de ti. Viajo há muito por todas as terras e procuro aqueles que, como tu, estão sentados numa torre alta e buscam coisas nunca vistas”. Eu: “[...] Pareces ser de um tipo raro. Tua aparência não é comum e – desculpe-me – também me parece que trazes contigo um ar estranho, algo mundano, atrevido ou folgazão, ou – dito francamente – algo pagão”. O Vermelho: “Tu não me ofendes; ao contrário, acertas bem no alvo. Mas não sou um velho pagão, como pareces crer”. Eu: “Isto também não quero afirmar; para isso não és suficientemente vistoso e latino. Não tens nada de clássico em ti. Pareces ser um filho de nosso tempo, mas, devo observar, um pouco fora do comum. Tu não és um autêntico pagão, mas um pagão que corre ao lado de nossa religião cristã” (JUNG, 2013, p. 191).

No manuscrito original, as designações das instâncias de fala (rubrica de personagens) estão pintadas nas cores azul (“Eu”) e vermelho (“O Vermelho”).

Os nomes dos capítulos da obra encenam universos de sentido (mundos ficcionais) que dão corpo a um discurso paratópico: “As imagens do errante” (Jung, 2013, p. 189); “Descida ao inferno no futuro” (p. 133); “Experiências no deserto” (p. 131); “Um dos degradados” (p. 208); “A morte” (p. 234); “A divina loucura” (p. 291); “Os restos de templos antigos” (p. 239); “O eremita” (p. 215).

O **Livro vermelho** caracteriza ainda, em paralelo à paratopia *espacial* já descrita, uma paratopia *temporal*: o enunciador adota o nome autoral de Basíledes de Alexandria (século II d.C.), e atribui sua fala ao mestre egípcio, cujas ideias são conhecidas pelos relatos de seus detratores, principalmente padres da Igreja, referenciados como heresiólogos. Uma vez que o enunciador se identifica com o “filósofo” morto há séculos, seu discurso incorpora os elementos lexicais da antiga doutrina, seu “estilo” e sua atitude enunciativa. Esta paratopia funciona junto à cena de fala em que o *escritor* (a instância enunciativa) atua como interlocutor dos mortos:

Os sete sermões aos mortos, escritos por Basíledes em Alexandria, a cidade onde o Oriente encontra o Ocidente. Sermão I. Os mortos voltaram de Jerusalém, onde não encontraram o que procuravam. Eles pediram para serem admitidos à minha presença e exigiram ser por mim instruídos e, assim, eu os instruí: “Ouvi. Eu começo com o nada. Nada é o mesmo que Plenitude. No estado de Infinito, Plenitude é mesmo que o Vazio. O Nada é vazio e pleno [...]. Por que, então, não discorremos sobre o Pleroma, se ele é o Todo e o Nada? Eu vos falo como ponto de partida, e também para eliminar de vós a ilusão de que, em algum lugar, dentro ou fora, existe algo absolutamente sólido ou definido (JAFFÉ, 1962, p. 388)².

O posicionamento de Jung no campo da Psicologia mobiliza uma estratégia discursiva de retomar os discursos que representam contraposição à ortodoxia dos dogmas dominantes do campo religioso cristão na Europa. É pertinente notar, ademais, que, como um discurso paratópico, o discurso psicológico tem a pretensão de legiferar sobre os outros discursos constituintes – quais sejam, a teologia, a ciência, a literatura.

² No original: “Die sieben Belehrungen der Toten. Geschrieben von Basilides in Alexandria, der Stadt, wo der Osten den Westen berührt. Sermo I. Die Toten kamen zurück von Jerusalem, wo sie nicht fanden, was sie suchten. Sie begehrt bei mir einlaß und verlangten bei mir lehre und so lehrte ich sie: Höret: ich beginne bei nichts. Das Nichts ist dasselbe wie die Fülle. In der Unendlichkeit ist voll so gut wie leer. Das Nichts ist leer und voll [...]. Warum aber sprechen wir den überhaupt vom Pleroma, wenn es doch Alles und Nichts ist? Ich rede davon, um irgendwo zu beginnen, und um euch den Wahn zu nehmen, dass irgendwo außen oder innen ein von vorherein festes oder irgendwie bestimmtes sei“. (Tradução: Dora Ferreira da Silva).

Como um discurso paratópico, a Psicologia analítica se constitui na encruzilhada e vasculha os porões de um *discurso do inconsciente* histórico: ela se inscreve na sucessão direta de outros discursos de autoria paratópica com os dos padres “hereges”, os gnósticos, evangelhos apócrifos, a alquimia, a poesia, religiões orientais, etc. E não só: o busto de Aristóteles presente na biblioteca de Jung atesta que a palavra dos antigos não será esquecida. A Psicologia analítica, supostamente, oferece a “chave hermenêutica” que daria a nova e autêntica “interpretação” desse arquivo de textos-relíquias esquecidos pela ciência moderna e até mesmo pela Filologia.

Jung considerava os credos formas codificadas e dogmatizadas da experiência religiosa original (SHAMDASANI, 2014, p. 208). Uma das principais razões, pois, para considerar a Psicologia analítica no âmbito dos *Discursos constituintes* é que esta “gaia ciência” desempenha um papel constituinte com relação aos outros discursos: a obra de Jung é citada não só pela crítica literária e por poetizas como Dora Ferreira da Silva, mas também pelos círculos menos ortodoxos do campo religioso, e também do campo filosófico, bem como do esoterismo.

O trecho da obra de Borch-Jacobsen e Shamdasani (2012) é esclarecedor, do ponto de vista histórico, da forma de constituição dos posicionamentos no campo da psicologia, embora os autores se refiram especificamente à Psicanálise de Sigmund Freud:

Assim como diversas tentativas no século XIX para fundar uma psicologia científica, a psicanálise reivindicava suplantando todas as formas anteriores de conhecimento. A literatura, a este respeito, representava um problema singular para a psicanálise. De fato, qual assunto pode ser encontrado que não tenha sido ainda tratado por romancistas, poetas, dramaturgos?³ (BORCH-JACOBSEN; SHAMDASANI, 2012, p. 231).

A Psicologia analítica se constrói como um discurso limítrofe, transitando entre fronteiras instáveis. A cada enunciado o posicionamento é negociado, gerido. Ela se insere como herdeira de todo um tesouro de citações que remetem à “eterna sabedoria” dos povos. Sua defesa do indivíduo é validada pela enunciação em estilo “próprio” e, em que pese a “autoridade” de seu autor erudito, consagrado no campo intelectual, valida suas falas com o lastro de uma ciência que se alimenta de sua impossibilidade:

Embora minha posição no parlamento do espírito seja de extrema esquerda, não deixo de ser o primeiro a prevenir contra uma

³ The nineteenth century to found a scientific psychology, psychoanalysis claimed to supplant all previous forms of knowledge. Literature, in this respect, presented a unique problem for psychoanalysis. Indeed, what subject could be found that hadn't already been treated by novelists, poets and dramatists? (BORCH-JACOBSEN; SHAMDASANI, 2012, p. 231).

generalização sem crítica de meus próprios pontos de vista. Se bem que suíço, e como tal, visceralmente democrata, devo reconhecer que a natureza é aristocrática e, mais ainda, é esotérica. *Quod licet Iovi, no licet bovi* – o que é permitido a Júpiter não é permitido ao boi – eis aí uma verdade que, embora desagradável, não é menos eterna (JUNG, 2012, v.11/6 §537, p. 103).

O caráter de enunciador construído com a enunciação deste trecho é típico do discurso psicológico pois encena a metadiscursividade, a autorreflexão, que legitima sua fala; com seus escrúpulos autoanalíticos, alguém que fale em nome da Psicologia (ou da versão de psicologia que Jung quer legitimar) deve representar, incorporar a seu caráter ético, as *virtudes discursivas*⁴ (PAVEAU, 2015) que legitimem suas falas, e também um compromisso epistemológico, um contrato ou concessão à linguagem científica moderna, ao mesmo tempo atravessando os campos religioso, filosófico e literário. Deste modo os enunciados da Psicologia analítica reivindicam a autoridade da ciência sem se submeter ao crivo do campo científico moderno, constituindo, antes, um modelo de ciência cujos modelos procedem da Antiguidade e da Idade Média – uma paratopia temporal.

Enquanto um posicionamento no campo da Psicologia moderna, a Psicologia analítica emerge no confronto com a psicanálise, filiada ao pessimismo filosófico. Na observação de Shamdasani (2014, p. 208), na contramão da concepção biologista freudiana, Jung considerava os credos formas codificadas e dogmatizadas da experiência religiosa original:

A psicologia da religião podia fornecer uma nova abordagem do tema, reconciliando a separação entre ciência e religião no mundo moderno. A tarefa consistia em estudar a tradução e transposição da experiência numinosa dos indivíduos em símbolos e posteriormente nos dogmas e credos das religiões organizadas e, por fim, estudar a função psicológica de tais símbolos.

Para o historiador, Jung cria na capacidade de a Psicologia da religião revivificar o cristianismo, “explicando o significado vivo de seu simbolismo e de suas práticas” (SHAMDASANI, 2014, p. 208).

Estas observações corroboram a tese de que o posicionamento de Jung no campo da Psicologia está associado à legitimação do estudo científico do indivíduo, da “alma” (*psychê*) humana (e a defesa do território desta Psicologia, bem como do direito de enunciar sobre a psique). Com esse afã, o autor irá defender e negociar a

⁴ Em sua obra **Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas**, Marie-Anne Paveau (2015, p. 44) coloca que “a virtude intelectual possui uma dimensão ética: se postularmos que o saber exige uma conformação discursiva, então poderemos introduzir um terceiro termo entre conhecimento e virtude, o discurso, que carrega o conhecimento. Se o conhecimento é virtuoso, talvez se possa aventar a hipótese de que o discurso do conhecimento também possuirá traços virtuosos e de que, portanto, existe um elo entre linguagem e virtude, elo que passa pelos conhecimentos formulados em discursos”.

posição da Psicologia analítica frente às instituições acadêmico-científicas, filosóficas e religiosas.

Uma característica paratópica da Psicologia é sua relação paradoxal com os outros discursos constituintes – a ciência, a literatura, a filosofia e a religião –, pois um discurso paratópico se autoriza apenas por si mesmo (MAINGUENEAU, 2010, p. 159). O que interessa, aqui, à Análise do discurso, conforme Maingueneau, é “a fusão dessas duas dimensões: o processo de legitimação da própria enunciação coincide com a elaboração de um texto”.

Como material de análise, transcrevo a seguir enunciados do texto do editor das obras de Jung póstumas, Sonu Shamdasani:

Sobretudo, as preleções de Jung em Yale ocuparam-se em demonstrar o surgimento espontâneo dos símbolos religiosos nos sonhos. [...] Nestes ensaios, ele explorou a maneira como a psicologia podia proporcionar uma nova compreensão do dogma e dos ritos cristãos e reanimá-los. -Como ele o exprimiu em 1957: “Sei da experiência prática que a compreensão psicológica reativou prontamente as ideias cristãs essenciais e lhes deu novo alento vital. Isto é assim porque nossa visão do mundo, isto é, nosso conhecimento e compreensão científicos, coincide com o enunciado simbólico do mito, ao passo que anteriormente éramos incapazes de superar o abismo entre ciência e fé (SHAMDASANI, 2014, p, 208).

Sua preocupação com a missa e o dogma era bastante surpreendente. A este respeito, através de sua investigação psicológica destes, Jung estava tentando proporcionar uma nova abordagem às dimensões simbólicas do cristianismo que haviam sido perdidas para o protestantismo. [...] Como Jung a via, a tarefa não consistia em emular a Cristo, mas em viver a própria vida tão plenamente como ele viveu a sua (SHAMDASANI, 2014, p. 209).

Foi em *Resposta a Jó* que a teologia articulada primeiramente no *Liber novus* [**Livro vermelho**] – os temas da encarnação progressiva da divindade, a necessidade de “cristificação” e a substituição da imagem cristã unilateral de Deus por uma imagem que abrangesse nela o mal – encontrou expressão (SHAMDASANI, 2014, p. 211).

O “eu” de Jung disse que a ciência havia tirado a fé, e que ele não podia suportar isso direito, e foi por isso que ele se dirigiu ao Oriente – para procurar a luz que lhe faltava (SHAMDASANI, 2014, p. 90).

Enquanto inscrições de autoria paratópica, estes enunciados indicam o pertencimento insustentável do autor. A filiação humanista deste posicionamento poderia ser abordada por meio do conceito de memória discursiva (PAVEAU, 2013), mas isso está além dos limites deste estudo.

Em seu posicionamento, a Psicologia Analítica não antagoniza o campo religioso como um todo, mas algumas de suas representações teológicas. Ao invés de se opor às ideias religiosas, Jung, em seu discurso paratópico, constrói cenografias em que o enunciador mantém uma atitude conciliadora e se coloca de forma a considerar ambos os lados: ao abordar o discurso místico-religioso de forma não ortodoxa, polemiza não somente com a psicanálise freudiana, para a qual a religião não passava de um “sintoma” do “mal-estar na civilização”, mas também com os campos da teologia e da filosofia pela interpretação autêntica de textos sacros e heréticos; mas esta “gaia ciência”, esta região do conhecimento que pretende abrir caminho novo para questões milenares, utiliza-se, não obstante, de uma língua científica moderna. Todas estas características corroboram uma paratopia, um colocar-se de maneira paradoxal, ao mesmo tempo dentro e fora do “mundo comum”, da instituição, da razão e do espírito.

Ademais, tematizar a si mesmo parece ser uma condição de existência do discurso psicológico. Os discursos constituintes são descritos por Maingueneau (2010, p. 158-9) como *discursos limite*, “zonas de fala entre outras e que têm a pretensão de pairar sobre as demais”. A religião, a filosofia, a ciência, por exemplo, são discursos limite porque para além deles só há a própria *fonte* legitimadora, eles devem estar “ancorados em algum Absoluto”, ou transcendente; no caso da psicologia analítica e da psicanálise, o inconsciente. Algumas considerações sobre os discursos constituintes:

Pelo fato de se autorizarem apenas por si mesmos, eles devem se apresentar como ligados a uma Fonte legitimadora. Mas, paradoxalmente, esse Absoluto que se supõe como exterior ao discurso para lhe conferir sua autoridade deve, de fato, ser construído por esse mesmo discurso para poder fundá-lo. [...] Os discursos religioso, filosófico, científico... pertencem e não pertencem ao universo social, na medida em que se trata de discursos que raiam o indizível, o Absoluto (MAINGUENEAU, 2018, p. 61).

Passo, daqui em diante, a aprofundar a análise do discurso paratópico da Psicologia analítica, pontuando questões sobre os rastros de inscrição autoral.

3. UM ESTATUTO INDEFINIDO

O ponto de vista histórico de Shamdasani (2014, p. 130) traz considerações pertinentes à análise da inscrição paratópica:

Qual era, portanto, a função da caligrafia para Jung? O manuscrito caligráfico do *Liber novus* [**Livro vermelho**] representa um retorno a um período anterior à Reforma. Jung estava tentando recuperar

algo que se perdera na cultura ocidental desde antes da imprensa, antes da idade do livro impresso – antes da separação entre ciência e religião, antes do surgimento da racionalidade moderna e do triunfo do “espírito dos tempos”. Como Jung o expressou no texto: “Eu tenho de recuperar um pedaço de Idade Média em mim. Terminamos mal e mal a Idade Média no outro. Tenho de começar cedo, naquele tempo em que os eremitas desapareceram”. O volume caligráfico do *Liber novus* não só apresenta certos temas, como uma crítica da modernidade e da racionalidade, uma tentativa de recuperar o símbolo, uma tentativa de encontrar expressão adequada para as coisas da alma e assim por diante; tenta também encarnar estes temas da recuperação em sua forma própria, articulando uma crítica daquilo que o livro impresso tornou possível retornando ao manuscrito com iluminuras. Por isso, a hesitação de Jung a respeito da questão da publicação surge no interior desta tensão e de sua oscilação. [...] O *Liber novus* surgira de uma crise da linguagem e de uma busca paralela por encontrar expressão adequada para falar à e sobre a alma.

O **Livro vermelho** marca uma mudança no “estilo” dos textos de Jung: a personificação, a imagem, a figuração, ao invés de uma lógica argumentativa, são elementos que distinguem a produção junguiana após sua ruptura com a psicanálise em 1914; a produção paratópica de Jung toma a forma da lógica associativa de imagens e, segundo Shamdasani (2014, p. 130), “sua linguagem se tornou mais flexível, apresentando certos traços de seus experimentos literários”.

Ainda que o próprio autor tenha declarado que seu livro não passava de uma enfadonha “elaboração estética”, e embora o **Livro vermelho** apresente uma cenografia poética – no sentido aristotélico –, não se pode dizer que seja um posicionamento estético pois, apesar de sua “forma”, a obra dialoga com a cena psicológica, e está construída a partir do sistema de restrições semânticas do campo da psicologia: tendo trabalhado “secretamente” em textos de cunho autobiográfico anotados em *diários* precursores da obra caligráfica, a partir de 1916, Jung se volta para a linguagem conceitual na busca de “traduzir” seus auto-experimentos a seus interlocutores – o “público da medicina e da ciência” (SHAMDASANI, 2014, p. 130). Suas obras até 1912, de acordo com o historiador, têm o caráter de uma “descrição distante dos fenômenos psicológicos” (p. 131). A meu ver, estes fatores “rituais” do processo de criação caracterizam a paratopia do autor; são condições de sua criação, do seu “fazer” obra. Esta análise é reforçada pela constatação de que o “estilo” de Jung, pela constituição interdiscursiva que o funda, é o que o diferencia da psicanálise – a que se pode chamar “este traço estilístico da evocação imagística” –, e é responsável pela grande ressonância de sua obra nas comunidades discursivas.

Manuscrito singular, objeto irreproduzível, o **Livro vermelho** representa, para as comunidades⁵ discursivas que surgiram em torno à obra de Jung, o “textamento” de uma *personalidade* criadora; a lenda da identidade criadora é

⁵ Em *Gênese dos discursos*, Maingueneau (2008b, p. 135) sustenta que “assim que o discurso tenha perdido sua atualidade histórica primeira, é passível de modos de consumo posteriores os mais variados, ao sabor das explorações que se fazem dele”.

corroborada pela cenografia autobiográfica. Aqui se aplica a consideração de Maingueneau (2010, p. 160): “os textos autobiográficos não são os únicos a trazer delicados problemas de fronteira.

A cena de fala autobiográfica estabelece esta associação entre o posicionamento no campo psicológico e a subjetivação engendrada pela enunciação. Os ritos de escrita (MAINGUENEAU, 2001) que envolvem a produção da obra de Jung participam da formação da identidade paratópica e da consolidação da instituição de fala que é a Psicologia analítica. Jung é comumente referenciado como o “fundador da Psicologia Analítica” (o que não seria possível se não tivesse se apartado da sociedade psicanalítica, deixado o hospital psiquiátrico no qual trabalhava e se “recolhido” para criar).

Artefato arqueológico que testemunha a gênese de uma obra (o devir da identidade criadora deslocalizada – paratópica – com relação à ciência, à filosofia, à sociedade), o texto do **Livro vermelho** encena sua própria produção, uma vez que as notas, intervenções e comentários do editor acrescentam alguns trechos suprimidos que não foram incluídos pelo autor na versão caligráfica que serviu de base para as fotocópias impressas, na versão publicada postumamente. A publicação póstuma, portanto, encena a própria produção da obra, haja vista as intervenções do editor, destacando com disposição tipográfica trechos tachados (que foram riscados por Jung), e também trechos cuja forma foi modificada ou foram retirados do volume caligráfico

Na leitura da edição fac-símile do **Livro vermelho**, o contato com a caligrafia e as pinturas feitas de próprio punho pelo autor corrobora o estatuto de uma obra originária, fundadora, ainda que inacabada⁶; e talvez por ser inconcluso que o texto se abre para o comentário, a interpretação, a “tradução”, sua “decodificação”. Haja vista as sucessivas versões que culminaram no **Livro vermelho** – os diários chamados **Livros negros** (SHAMDASANI, 2020), o esboço, o esboço corrigido e, enfim, a versão caligráfica, fica evidente o processo de elaboração estética (discursiva). Nada obstante, os dispositivos que constituem o Livro vermelho em um texto fundador, um “texto-fonte”, precisam ser evidenciados, pois isto se relaciona com a noção de Discurso constituintes.

Se, no processo de produção textual, a “elaboração estética”, tal como escreve Maingueneau (2001, p. 172), “vem acrescentar ao mundo uma obra cuja densidade e cuja necessidade interior superem e contestem a vacuidade e a contingência supostas”, esta autoconstituição que move a enunciação de uma obra a justifica, legitima a necessidade da atividade de seu criador, e valida seu *deslocamento* paratópico. Reescrevo, portanto, a sentença de Maingueneau (2010, p. 161) que sustenta minha análise: “produzir um texto constituinte significa, em um único gesto, produzir um texto e constituir as condições que permitem produzi-lo” (MAINGUENEAU, 2010, p. 161).

Estas questões vão ao encontro do modo de funcionamento discursivo; se poderia perguntar, com Mussalim e Rodrigues (2014, p. 23) sobre a constituição discursiva de uma identidade⁷ criadora cujos rastros se inscrevem na obra. Um

⁶ O relato de Jung, na última folha escrita do livro, de que ele trabalhou nesta obra durante 16 anos, é subitamente interrompido no meio de uma frase.

⁷ Na visão de Maingueneau (1993, §43), “a identidade não é um dado, é um processo cujo exercício só se dá com a emergência e a estabilização de uma certa configuração enunciativa”.

texto, como o coloca Maingueneau (20210, p. 205) é o “rastros de um discurso no qual a fala é encenada”.

Um livro moderno, materialmente elaborado segundo os procedimentos e métodos utilizados na Idade Média apresenta, por sua constituição física, uma “mensagem” determinada. Nos termos de Maingueneau (2001, p. 84), a maneira como um texto se institui materialmente é parte integrante de seu “sentido”: “as mediações materiais não vêm acrescentar-se ao texto como ‘circunstância’ contingente, mas intervêm na própria constituição de sua ‘mensagem’”. Para uma Análise do discurso – focada nos dispositivos enunciativos que gerem condições de produção, emergência e circulação das obras –, é relevante, portanto, considerar que a forma material de um texto, os recursos de veiculação de seus enunciados, não são apenas um suporte, mas são rastros de uma inscrição.

A paratopia incorpora uma rede de conceitos. Adiante, buscarei demonstrar que a inscrição de Jung no campo psicológico está vinculada à constituição de um *arquivo* e ao horizonte prévio de uma *memória* (PAVEAU, 2013), representados pela biblioteca do autor e sua torre à beira do lago, espécie de “reduto” onde se comunga com mortos e se celebra o culto dos ancestrais. No posicionamento do autor está implicada a transmissão⁸ e reprodução de um *memória* discursiva, da qual o autor de hábito recolhe citações diretas e implícitas, empréstimos, apropriações, destaques e *amplificação* de imagens.

4. A BIBLIOTECA DO ERUDITO: SEDE DO PODER LEGITIMADOR

A biblioteca do autor, espaço intersticial, materializa esta paratopia. (À beira do lago de Zurique, Jung ergueu uma habitação feita de pedras, arquitetura de herança helvética em forma de torre). No interior de sua biblioteca, fechado para o exterior, o produtor de textos se *abre* para o mundo através de sua enunciação.

Ao discorrer sobre ao campo literário-filosófico francês no século XVI, Maingueneau descreve, a respeito da biblioteca de Montaigne (1533-1592):

É ao mesmo tempo um lugar de concentração em si e de abertura para o mundo, um lugar fora e dentro do castelo. Essa biblioteca, onde ele passa a maior parte das horas do dia, dá corpo à paratopia de um escritor que associa reflexividade e observação do mundo (MAINGUENEAU, 2001, p. 51).

⁸ *Transmissão*, na acepção colocada por Debray (2001, p. 13), de que uma língua natural não é tão somente um *meio* de comunicação, mas possui uma *função* de transmissão relacionada à memória coletiva de um grupo histórico, que se perpetua através de uma comunidade discursiva ligada à língua materna; trata-se de um sistema de significados que permitem que um grupo definido de seres vivos estabeleça “uma comunidade de pertença com seus mortos”. Na vida de Jung, o idioma alemão e todo o *tesouro* de obras que a história literária germânica encarna, sobretudo em sua apropriação do universo discursivo da Antiguidade clássica, faz do autor um *articulador* desta transmissão.

Ao versar sobre discursos constituintes, Maingueneau e Cossutta (1995, p. 112) recorre ao étimo grego *archéion*, precursor do *archivum* latino: a noção de *archéion* associa intimamente “o trabalho de fundação no e pelo discurso, a determinação de um lugar associado a um corpo de enunciadores consagrados, e à elaboração de uma memória”. A biblioteca de Jung encarna esta paratopia. Em sua casa em forma de Torre ou pequeno castelo às margens do lago de Zurique – afastado da “inquietação moderna” – ele pôde projetar “a construção da biblioteca que sonhara” (SHAMDASANI, 2014, p. 46). Nela, o autor convivia com mortos ilustres, anônimos, figuras mitológicas, códices, coleções de livros do oriente:

Jung reuniu uma vasta biblioteca privada que representava o grau de evolução destas disciplinas no momento. Contíguo a ela havia um cômodo que ele inicialmente chamava de seu “lugar de análise”, e era aqui que ele preferia escrever.

A relação com a *fonte* legitimadora e a paratopia são notáveis na sentença de Jung em uma carta: “não o acesso ao ‘cristianismo’, mas a Deus mesmo, e esta parece ser a questão definitiva” (SHAMDASANI, 2014, p. 49). A biblioteca encarna esse lugar limítrofe de acesso ao Absoluto, sede do poder, do saber. Se sua autoinvestigação representava o afastamento da erudição, as reflexões sobre a própria experiência subjetiva permaneciam sendo as de um erudito. O trabalho sobre a escrita autobiográfica era feito em sua biblioteca, este lugar paratópico.

Os ritos genéticos são comportamentos não-escriturais do autor às voltas com a produção de textos, que são constitutivos da gênese de uma obra mas não escapam às restrições do campo. O trabalho sobre o manuscrito tem a ver com o autoexame, a elaboração do livro é um trabalho de autoanálise – papel necessário a um médico da psique; daí a relação dos ritos genéticos com o posicionamento no campo (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2005, p. 511).

O empreendimento de Jung, pesquisar a própria mente, constituir-se em sujeito experimental, é a forma mais imediata de se apropriar do drama de seus “loucos”, na lida com a esquizofrenia, o médico administra a si mesmo o veneno que irá – ao fim da travessia – torná-lo hábil a escapar dos perigos abissais do *Inconsciente*; as peripécias do *escritor* se dão no plano da *pessoa* Jung, esta incógnita, na forma da saga sob o signo do mistério e do paradoxo, o enunciadador adentra o caos e vai gerindo, a cada capítulo, a atração da loucura e da “perda da alma”. Ao apresentar personagens bíblicos, da Antiguidade oriental e grega, o autor afirma seu parentesco com a cultura humana universal e, ao mesmo tempo, diferencia-se do passado e do presente; assim, sua enunciação encarna aquilo mesmo que o discurso constrói: a *individuação*.

O **Livro vermelho** parece evocar, com sua cenografia medieval, não é um campo literário, necessariamente, mas se inscreve numa memória discursiva, em uma filiação impossível com a ciência moderna. Em um ensaio de 1912, Jung argumentou que “quem quiser conhecer a psique humana infelizmente pouco receberá da psicologia experimental” – isto é, a versão de psicologia que segue de perto as coerções do campo científico ortodoxo. O seguinte trecho encarna a

situação paratópica do autor que “está no mundo sem ser do mundo”, seu pertencimento paradoxal:

Pendurar no cabide as ciências exatas, despir-se da beca professoral, despedir-se do gabinete de estudos e caminhar pelo mundo com o coração de homem: no horror das prisões, nos asilos de alienados e hospitais, nas tabernas dos subúrbios, nos bordéis e casas de jogo, nos salões elegantes, na bolsa de valores, no *meetings* socialistas, nas igrejas, nas seitas predicantes e extáticas, para experimentar o amor, o ódio e a paixão em todas as formas em seu corpo (SHAMDASANI, 2014, p. 79).

Uma ciência que não ignora o saber popular, nem os elementos irracionais da experiência, projeto de saber integral que conjuga o discurso do indivíduo e o discurso do inconsciente, a Psicologia analítica perfaz um trabalho de “tradução” da experiência religiosa e antropológica pré-moderna, inscrevendo-se como proposta de renovação do conhecimento no âmbito da ciência em sentido amplo, cujo paradigma se situa antes da invenção da prensa mecânica de Gutenberg; os protótipos históricos desta ciência são obras inscritas em um regime enunciativo que não é científico na acepção moderna, mas é um amálgama de *artes* e ciências.

Os comportamentos pré-escriturais de seu autor são constitutivos da lenda do criador que sacrificou sua aceitação por um público psicanalítico para fundar sua obra paratópica validada pelo apelo à Fonte legitimadora do Inconsciente, da Alma, da Psique. Para Jung, a versão de teoria psicológica representada pela Psicanálise não era legítima por se fundar em generalizações teóricas e não em considerações empíricas. Sua posicionamento reivindica a legitimidade do conhecimento da experiência subjetiva frente à instituição psicanalítica, que encarnava, para Jung, a negação da capacidade criativa do indivíduo, endossada pela retórica da autoridade do “Mestre”.

O discurso da Psicologia analítica pode ser remetido ao universo de sentido do Humanismo renascentista, à defesa (da dignidade) do indivíduo e suas experiências subjetivas. Enquanto a psicanálise se constrói pela base biológica comum à espécie humana e olha retrospectivamente o passado (anamnese) para estabelecer sua “interpretação” (etiologia das neuroses), a Psicologia analítica olha para a individuação, para a meta a que o indivíduo pode chegar, para a *transformação*, elemento lexical constante na obra de Jung, inclusive nos nomes próprios (títulos) de livros.

Uma paratopia extrapola os limites do possível.

Se Jung permanecesse como discípulo “herdeiro” de Freud jamais teria produzido uma *Obra*. As dois posicionamentos – Psicanálise e Psicologia analítica – constituem um único *espaço discursivo* se adotarmos a terminologia cunhada por Maingueneau em **Gênese dos discursos** (2008b).

5. A PSICOLOGIA COMO DISCURSO CONSTITUINTE

Foucault (1999, p. 124) observou: “sob sua diversidade, as psicologias do final do século XIX possuem esse traço comum, de tomar emprestado das ciências da natureza seu estilo de objetividade, e de buscar, em seus métodos, seu esquema de análise”. A obra psicológica de Jung produzida entre 1902 e 1907 participa dos métodos empíricos, experimentais estabelecidos no campo da Psicologia *psicofisiológica* até então, após o que o escopo junguiano se moverá *para e por* temas como o caso de uma jovem sonâmbula, médium vidente (estudo dos ditos “fenômenos ocultos”), estudo de motivos religiosos em casos de esquizofrenia etc., mitologia e religião, enveredando por um território do qual o autor possivelmente entreviu a oportunidade de se apropriar, e assim marcar sua posição no campo da Psicologia. O **Livro vermelho** marca esta passagem em que o autor, em seus termos, “busca uma linguagem”; o texto é significativo de uma mudança no “estilo”, câmbio representativo da temática que envolverá a produção de Jung após sua ruptura com a Psicanálise de Freud.

A colocação do historiador Sonu Shamdasani (2020), editor do **Livro vermelho** e pesquisador da obra de Jung, me parece pertinente: ao final do século XIX assistiu-se a uma expansão de estudos a respeito das recém formadas disciplinas da religião comparada e etnopsicologia: “textos primários foram reunidos e traduzidos pela primeira vez e submetidos à análise histórica em coleções como os **Sagrados Livros do Oriente**, de Mas Müller. Para muitos, estas obras representam uma importante relativização da cosmovisão cristã”⁹ (SHAMDASANI, 2020, p. 5).

Conforme indiquei na introdução, na abordagem da AD segundo Maingueneau (2018), o interesse não focaliza a consciência do autor, nem o texto considerado em si e por si mesmo, mas as condições de sua enunciação. Assim, assumindo que aquilo que o texto diz é condição de legitimação de seu próprio dizer, enfoquei o problema da paratopia do autor na análise das inscrições de Jung, justapondo conceitos que se interseccionam e se avizinham. Se as funções mais evidentes da figura do autor são gerir, simplificar a complexidade polifônica dos textos, dos discursos que mobilizam uma “legião de vozes e figuras” (ANGERMULLER, 2014, p. 141), a análise das inscrições autorais evidencia seu funcionamento.

Considerar o autor como o ator da cena da enunciação, é admitir que existe uma postura, um caráter ético que desempenha determinado papel no processo de mediação da obra no espaço social (TJELL, 2013). Me esforcei em demonstrar que a paratopia de Jung é o motor da obra que ele produz a partir de sua ruptura com a psicanálise freudiana; é uma condição genética dessa obra. A paratopia é, portanto, também constitutiva de seu posicionamento, da instituição e legitimação da Psicologia Analítica.

A noção de autoria como lugar paratópico, proposta por Maingueneau (2016), destaca a inscrição da identidade criadora em uma *Obra*, tornando-se esta o rastro da existência lendária de um indivíduo notável que legitima seu estatuto

⁹ Texto original: “The end of the nineteenth century saw an explosion of scholarship in the newly founded disciplines of comparative religion and ethnopsychology. Primary texts were collected and translated for the first time and subjected to historical scholarship in collections such as Max Müller’s Sacred Books of the East.8 For many, these works represented an important relativization of the Christian worldview” (Tradução minha).

autoral por meio de ações que são ao mesmo tempo motivo e consequência da produção de textos.

Considerar o investimento paratópico da obra suscita perguntas como: por que a “marca autoral” e a “originalidade” são reconhecidos em certos tipos de textos e em outros não? Sobre esta questão, Luciana Salazar Salgado (2016, p. 166) desenha algumas observações: a paratopia criadora se refere à

gestão de um lugar discursivo instável, construído ao mesmo tempo como estando à margem do mundo “real”, do mundo de “carne e osso”, e nele estribado, como um elemento constitutivo da vida ordinária, que só existe no contraste com o extraordinário (SALGADO, 2016, p. 166).

A hipótese de que a paratopia do autor configura uma inscrição ética, e que, na obra de Carl Gustav Jung, esta paratopia se constitui no motor de um processo criativo instituído e validado através da cenografia poética (literária), se mostrou frutífera.

Em **Gênese dos discursos**, Maingueneau (2008b, p. 132) anota que a noção de “ritos genéticos” é mais ampla que a de “pré-texto”: isto é, “rascunhos, documentos escritos, já que inclui também comportamentos não-escriturísticos (viagens, meditações...)”. Para além da dimensão pessoal, estes ritos também encarnam as restrições semânticas do discurso.

Ao sustentar que um sistema de restrições semânticas articula discurso e instituições, Dominique Maingueneau (2008b) entende que os dispositivos de comunicação funcionam, no interdiscurso, como uma rede que rege os tratamentos semânticos dos temas de cada posicionamento no campo. Assim sendo, foi possível estabelecer um plano de análise para os mecanismos enunciativos e institucionais da obra de Jung, e expor alguns dispositivos que nela funcionam.

6. (RE)CONSIDERAÇÕES FINAIS

A paratopia está entre a produção e suas condições, é tanto o que move a escrita quanto aquilo que, ao enunciar, o autor cria. Mas a paratopia não se restringe ao ator da cena da enunciação; nem tampouco ao corte Bio/gráfico. Esta perspectiva supõe uma concepção circular de enunciação, que tem o pertencimento paradoxal¹⁰ do autor como condição e também como produto da criação – poderíamos dizer, a produção da obra engendra a existência de uma identidade criadora postada em um entrelugar, entre *este mundo* e um *além*.

Sua enunciação inscreve o autor no próprio *legado* e uma memória que ultrapassa sua contribuição individual, pessoal. A consagração de um escritor o insere em um “panteão”, o que acaba por alimentar a lenda autoral; é considerado

¹⁰ Em seu investimento paratópico, o autor é alguém que não logrou pertencer inteiramente ao espaço social, e desenvolve sua produção a partir de um entrelugar.

autor alguém cujos rastros modificaram de algum forma o conhecimento geral. Os textos criam um autor que é seu próprio produtor. Isto é particularmente válido quando se trata da encenação biográfica. A seguinte afirmação de Maingueneau (2018, p. 135) se aplica a determinadas características da cenografia autobiográfica: “Na construção de uma cena de enunciação, a legitimação do dispositivo institucional, os conteúdos manifestos e a relação interlocutiva se entrelaçam e se sustentam mutuamente”.

Mirando estudos posteriores, a abordagem aqui esboçada é uma primeira exploração de um território vasto, o dos discursos autobiográficos, problemas ligados à inscrição da subjetividade autoral, e também da memória discursiva. A análise de textos do campo psicológico provê ainda vastas possibilidades a serem desenvolvidas.

Do ponto de vista da *lenda autoral* (MAINGUENEAU, 2016), o **Livro vermelho** indica o rastro do pertencimento paradoxal de seu criador; envolvido em sua produção, ele comunica os eventos circunscritos ao “lugar hermético” da própria subjetividade, ao seu “mundo psíquico”, legitimando-os perante a sociedade através de sua obra. Ao mesmo tempo, a enunciação desta obra confere autenticidade a um campo de estudos – a “Psicologia profunda” ou “complexa”.

Na encenação autoral do **Livro vermelho**, o enunciador se destaca de o próprio “mundo psíquico” pra poder objetivá-lo: experimentando a própria constituição psíquica, apresenta a si como o próprio objeto de estudo¹¹, o que o levará a legitimar a individualidade psíquica como objeto de ciência. Tanto a especificidade “material” do *mídiu*m quanto a cena construída nos enunciados são constitutivos da semântica global: a cenografia literária, paralelamente à constituição material de “manuscrito em caligrafia gótica”, tematizam a construção mesma de uma “Obra”, sua “artesanaria”. O texto se constrói na forma privilegiada do diálogo, o que não é contingente pois as implicações deste gênero são intrínsecas à prática psicoterápica, centrada primordialmente na conversa entre dois indivíduos.

A observação de Laura Marcus (2018, p. 30) é pertinente para a análise das inscrições neste campo: “No século XX, a psicanálise (e, de modo geral, a psicoterapia), a qual se baseia na ação catártica do diálogo entre analista e paciente, se espelharia também em modelos confessionais”. O **Livro vermelho** incorpora elementos dos gêneros confessionais, construindo a cena de fala que legitima a própria produção de uma obra, em que emerge a imagem do escritor recluso em sua biblioteca trabalhando um manuscrito que testemunha seu não pertencimento ao tempo moderno, mas cuja constituição enunciativa é o que permite, paradoxalmente, a comunicação mesma com o presente de seus contemporâneos. A obra metaforiza também a tentativa de construção de uma ciência, a exploração de uma região do conhecimento em que o observador e o observado são a mesma entidade, que apenas se individualiza e se diferencia construindo um mundo ficcional *através* do discurso. As inscrições autorais supõem a delimitação interdiscursiva de uma ciência Psicológica legitimada reiteradamente em suas reproduções.

Este estudo do discurso paratópico levou em conta, do ponto de vista da cenografia da enunciação, os *temas* do discurso (MAINGUENEAU, 2008b, p. 81).

¹¹ Maingueneau (2000, p. 6) entende que “só um discurso que se constitui tematizando sua própria constituição pode desempenhar um papel constituinte para outros discursos”.

Acredito ter mostrado que, em sua ancoragem enunciativa, a paratopia do autor mobiliza e articula a memória discursiva dos elementos pagãos, do universo discursivo pré-cristão, através de uma apropriação e “tradução” interdiscursiva de elementos filosófico-religiosos orientais e da Antiguidade greco-romana. Assim foi possível construir a análise de uma paratopia temporal e espacial.

Referências

ANGERMULLER, Johannes. **Postructuralist Discourse Analysis. Subjectivity in Enunciative Pragmatics**. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

BORCH-JACOBSEN, Mikkel; SHAMDASANI, Sonu. *The Freud files: an inquiry into the History of Psychoanalysis*. Cambridge University Press, 2012.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Diccionario de análisis del discurso**. 1. ed. Trad. Irene Agoff. Buenos Aires: Amorrortu, 2005.

DEBRAY, Régis. **Introducción a la Mediología**. Trad. Núria Pujol y Valls. Barcelona: Paidós, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Problematização do sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise**. Trad. Vera Lúcia Avelar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

JAFFÉ, Aniela. **Memórias, sonhos, reflexões**. Trad. Dora Ferreira da Silva. Nova Fronteira, 1986.

JUNG, Carl Gustav. **Escritos diversos**. Obras completas. 11/6. Psicologia e religião ocidental e oriental. Trad. Eva Stern, Lúcia Orth. Petrópolis: Vozes, 2012.

JUNG, Carl Gustav. **O livro vermelho**. Trad. Edgar Orth. Petrópolis: Vozes, 2013a.

MAINGUENEAU, D.; DA COSTA, T. N. B. Analisando discursos constituintes. **Revista do GELNE**, v. 2, n. 1/2, p. 1-12, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9331>. Acesso em 20 dez. 2020.

MAINGUENEAU, Dominique. Analyse du discours et archive. **Semen – Revue de sémiolinguistique des textes et discours**, v. 8, 1993. DOI: <https://doi.org/10.4000/semen.4069>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/semen/4069>. Acesso em: 4 dez. 2020.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. Trad. Décio Rocha. São Paulo: Parábola, 2008a.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso literário**. Trad. Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2018.

MAINGUENEAU, Dominique. **Doze conceitos em Análise do discurso**. São Paulo: Parábola editorial, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008b.

MAINGUENEAU, Dominique. **O contexto da obra literária**. Enunciação, escritor, sociedade. Trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. Quelques implications d'une démarche d'analyse du discours littéraire. **Discours en contexte**, n. 1, 2006. DOI: <https://doi.org/10.4000/contextes.93>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/contextes/93>. Acesso em: 04 dez. 2020.

MAINGUENEAU, Dominique; COSSUTTA, Frédéric. L'analyse des discours constituants. **Langages**, 29^e année, n°117, pp. 112-125, 1995. DOI: <https://doi.org/10.3406/lgge.1995.1709>. Disponível em : https://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1995_num_29_117_1709. Acesso em: 28-02-2021.

MARCUS, Laura. **Autobiographie**. A very short introduction. New York: Oxford, 2018.

MUSSALIM, Fernanda; RODRIGUES, Kelen Cristina. O funcionamento da autoria na epístola De Profundis de Oscar Wilde. **Criação & Crítica**, n. 12, p. 20-32, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/criacaoecritica/article/view/74774>. Acesso em: 16 set. 2019.

PAVEAU, Marie-Anne. **Linguagem e moral**: uma ética das virtudes discursivas. Trad. Ivone Benedetti. Campinas: Unicamp, 2015.

PAVEAU, Marie-Anne. **Os pré-discursos**: sentido, memória, cognição. Trad. Greciely Costa e Débora Massmann. Campinas: Pontes, 2013.

SALGADO, Luciana Salazar. **Ritos genéticos editoriais**. Autoria e textualização. Bragança Paulista: Urutau, 2016.

SHAMDASANI, Sonu. "Toward a Visionary Science". In: JUNG, Carl Gustav. **Black Books**. 1913-1932. Notebooks of transformation. New York: W &W Norton, 2020.

SHAMDASANI, Sonu. **C. G. Jung**. Uma biografia em livros. Trad. Gentil A. Titton. Petrópolis: Vozes, 2014.

SHAMDASANI. "Prefácio". In: JUNG, Carl Gustav. **O Livro vermelho**. Liber novus. Trad. Edgar Orth. Petrópolis: Vozes, 2013.

TJELL, Mette. Posture d'auteur et médiation de l'œuvre: l'écrivain en porte-parole chez Antoine Volodine. **Contexte**, v. 13, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/contextes/5826>. Acesso em: 07 dez. 2020.

Para citar este artigo

ABREU, T. E. de. Rastros de um discurso paratópico na obra de Carl Jung. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 10, n. 5, 2021, p. 185-210.

O autor

TIAGO ERIC DE ABREU é doutorando em Estudos Linguísticos pelo ILEEL-UFU (Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia), e Mestre em Musicologia pelo Programa de Pós-graduação em Música do Instituto de Artes (PPGMU-IARTE-UFU) da Universidade Federal de Uberlândia. Desenvolve estudos nas áreas de Análise do discurso, Linguística Aplicada, oralidade, vocalidade e música medieval. Graduado em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas - pelo Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia (ILEEL-UFU).